

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO – FACULDADE DE EDUCAÇÃO  
PROGRAMA NACIONAL ESCOLA DE GESTORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR

Marilice Rodrigues Sirianni

# **UM OUTRO OLHAR PARA A AVALIAÇÃO ESCOLAR**

Porto Alegre

2015

Marilice Rodrigues Sirianni

**UM OUTRO OLHAR PARA A  
AVALIAÇÃO ESCOLAR**

Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização  
em Gestão Escolar, na modalidade à distância, da  
Faculdade de Educação, da Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul.

Orientadora: Profa. Ana Paula Krumel

Porto Alegre

2015

## **AGRADECIMENTOS**

À minha família, meu marido João e minhas filhas Gabrielle e Joanna, pelo incentivo e compreensão. Em especial à Gabi, que foi de muita importância para a realização e concretização deste trabalho.

Às professoras, Ana Paula Krumel e Isabel Letícia Pedroso de Medeiros, pela orientação e apoio no decorrer do Curso e na realização deste trabalho.

À monitora Cristiane de Souza Abreu, por sua prontidão em nos ajudar e sanar nossas dúvidas.

Às colegas do Curso, Michele Agrelo Fernandes e Maria de Lurdes Martins de Soares, pela ajuda e parceria durante esta trajetória.

Às minhas colegas da escola, que me incentivaram e contribuíram para que eu pudesse estudar e realizar este trabalho.

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso apresenta a análise das ações do Projeto de Intervenção (PI) realizado na escola em que atuo, localizada na zona sul de Porto Alegre, para o Curso de Especialização em Gestão Escolar, oferecido pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em parceria com o Ministério da Educação. Ao longo da minha participação na gestão da escola e no curso, percebi que uma questão importante para ser refletida foi a Avaliação, a qual escolhi para ser o foco do Projeto de Intervenção, elaborado no curso e implementado na escola. O objetivo do trabalho é melhorar os resultados dos alunos nas avaliações e debater com os professores essas questões, a fim de melhorar suas práticas. Ao estudar autores que abordam o tema Avaliação, percebi que essa é uma prática do nosso dia a dia, conforme Loch, “a qualidade da avaliação está no diálogo prévio, cotidiano, e a partir dele constituímos novos saberes” (LOCH, 2000, p. 31). Isso significa que a realidade do aluno deve ser trazida para a sala de aula e, a partir disso, realizar um trabalho de troca de experiências e conhecimentos. O trabalho atingiu seus objetivos no momento em que os professores se envolveram na proposta e demonstraram interesse em modificar sua maneira de avaliar os alunos, tentando atingi-los no seu potencial.

Palavras-chave: Gestão democrática. Avaliação. Participação da comunidade escolar.

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>5</b>
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>7</b>
2.1. GESTÃO DEMOCRÁTICA .....	7
2.2. GESTÃO ESCOLAR .....	8
2.3. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO .....	10
2.4. DIREITO À EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES .....	11
2.5. AVALIAÇÃO COMO TEMA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO .....	11
<b>3. O PROCESSO AVALIATIVO NA CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>15</b>
3.1. LEGISLAÇÃO .....	15
3.2. A PRÁTICA REFLEXIVA NO ATO DE AVALIAR .....	17
3.3. A ESCOLA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA .....	19
<b>3.3.1 Processos de Avaliação da Escola .....</b>	<b>23</b>
<b>4. METODOLOGIA .....</b>	<b>26</b>
4.1. AÇÕES ANALISADAS .....	27
<b>4.1.1. Análise das Respostas dos Professores .....</b>	<b>27</b>
<b>4.1.2. Análise das Respostas dos Alunos .....</b>	<b>28</b>
<b>4.1.3. Análise das Respostas dos Pais .....</b>	<b>29</b>
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>32</b>

## 1. INTRODUÇÃO

A escola na qual foi desenvolvido o Projeto de Intervenção (PI) ora analisado está localizada na periferia de Porto Alegre. O perfil da comunidade baseia-se na realidade socioeconômica dos moradores do bairro, que, na maioria, é composta por operários e diaristas, configurando uma comunidade de baixa renda e baixo nível de escolarização.

Por observar as colocações e anseios dos colegas nas reuniões realizadas na escola, o escolhi para o meu estudo no Projeto de Intervenção a Avaliação, ou seja, pensar em outras maneiras de avaliar que não apenas por provas, colocando o aluno como ser participante e ativo de sua aprendizagem. Segundo Ghisleni e Pereira, “quando é dada ao aluno a oportunidade de se avaliar, valorizando a sua opinião, o professor está contribuindo para a formação cidadã, para o autoconhecimento, para a busca pelo aperfeiçoamento” (GHISLENI; PEREIRA, 2013, p. 354).

O objetivo do PI foi debater com os professores sobre a Avaliação, analisar os resultados obtidos nas reuniões, provocar mudanças na maneira de avaliar os alunos, tornando-os mais capazes de participarem no meio escolar, para que futuramente possam participar na sociedade como cidadãos, possibilitando-lhes inovar e transformar a sua realidade. É preciso que o professor leve em conta, no momento de avaliar, os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e que sejam repensados seus objetivos de aprendizagem e suas formas de expressão dos resultados.

Muitos autores se preocupam em estudar a Avaliação, como Jussara Loch, que afirma que o indivíduo já tem conhecimento antes de entrar na escola e, por isso, deve-se levar em conta este conhecimento, pois “a qualidade da avaliação está no diálogo que estabelecemos com esse conhecimento prévio, cotidiano, e a partir dele constituímos novos saberes” (LOCH, 2000, p. 2). Outro autor que estuda a Avaliação é Cipriano Luckesi, que afirma que a avaliação não pode ser a tirana da prática educativa, avaliação é “amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva, diversa dos exames, que não são amorosos, são excludentes, não são construtivos, mas classificatórios” (LUCKESI, 2000, p. 1).

O trabalho atingiu seu objetivo no momento em que os professores se envolveram na proposta, e demonstraram interesse em modificar sua maneira de avaliar, tentando atingir o aluno no seu potencial.

A Avaliação é um assunto que tem várias abordagens e é de grande importância no processo de ensino e aprendizagem, mas muitas vezes não tem a atenção que merece nas reflexões sobre o ensino, por achar que ela já está pronta, no formato de provas. É muito importante que a Avaliação seja estudada e debatida na comunidade escolar.

O PI teve como referencial metodológico a pesquisa-ação, que permite ao pesquisador participar ativamente do processo de mudança, juntamente com os demais envolvidos. A seguir, são apresentados os referenciais teóricos e metodológicos, as ações analisadas e as considerações.

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1. GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Constituição Brasileira de 1988, em seu Art. 6º, afirma que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”, prevê que é direito de todos o acesso à educação. Outro artigo na Constituição que cita a educação é o Art. 23: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: V – proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência”. Assim sendo, cabe aos órgãos públicos fazer cumprir a lei e proporcionar condições para que haja educação no país.

É importante salientar que as leis que fixam normas para o Ensino Fundamental de nove anos foi introduzido no contexto educacional brasileiro, em termos de legislação educacional, em dois momentos relativamente próximos, porém distintos. Segundo Brandão:

Inicialmente, por meio da Lei nº 11.114, de 16 de maio de 2005, modificando o art. 6º da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB), determinando que fosse diminuída de sete para seis anos a idade mínima da criança para ingresso no Ensino Fundamental e mantendo o dever dos pais ou responsáveis de efetuar a matrícula das crianças dessa idade. Nove meses depois foi sancionada a Lei nº 11.274, de 6 de fevereiro de 2006, determinando que o Ensino Fundamental no Brasil passasse a ter duração de nove anos. (BRANDÃO, 2009, p. 17)

A LDB, no artigo nº 32, faz referência ao ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública. Neste artigo é relevante o parágrafo 2º, ou seja, os estabelecimentos que utilizam progressão regular por série podem adotar no ensino fundamental o regime de progressão continuada sem prejuízo da avaliação no processo de ensino-aprendizagem, observadas as normas do respectivo sistema de ensino. O artigo 13 da LDB faz referência aos docentes:

I- participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;  
II- elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta do estabelecimento de ensino;  
III- zelar pela aprendizagem dos alunos;  
IV- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;  
V- ministrar os dias letivos e horas-aulas estabelecidos; além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;  
VI- colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Esse artigo juntamente com os artigos nº 14 e nº 15 fazem referência à Gestão Democrática no ensino público, a qual a autonomia para gerenciar as escolas é de grande importância, pois busca um trabalho coletivo com a comunidade escolar. Veiga coloca que “a socialização do poder propicia a prática da participação coletiva, da solidariedade e reciprocidade de autonomia” (VEIGA, 2013, p. 162).

Sobre a Gestão Democrática, o artigo de Galina faz referência ao conceito, que é o início de uma prática voltada a um ensino de qualidade, tornando o educando um ser participativo e essencial no processo educacional. A gestão é entendida como um fazer coletivo, que leva em consideração a sociedade em que vivemos e suas constantes mudanças, as quais irão influenciar a qualidade e a finalidade da educação.

É importante salientar o que e quais são as instâncias colegiadas, como espaços de participação: Conselho Escolar, Conselho de Classe, APMF – Associação de Pais, Mestres e Funcionários – e o Grêmio Estudantil, os quais participam das ações na comunidade escolar.

Tanto os conselhos escolares quanto APMF existem nas escolas, mas sua participação é restrita. Como diz o texto de Galina, a comunidade escolar ainda não valorizou sua participação no processo pedagógico e administrativo da escola. É necessário aproximar a comunidade escolar para as questões referentes ao desenvolvimento escolar dos alunos e também para o processo educacional da escola.

Já ao Conselho de Classe cabe a “avaliação do desempenho de alunos e professores, analisar as práticas pedagógicas e traçar metas coletivas ou individuais para solucionar ou amenizar problemas decorrentes do processo ensino-aprendizagem.” (GALINA, S/D, p. 17). Finalizando, cabe à Gestão Escolar criar espaços para a participação e valorização dos colegiados na comunidade escolar.

## 2.2. GESTÃO ESCOLAR

Sabemos que a educação é um direito de todos e está firmado na Constituição e nas leis como a LDB que orientam o trabalho da instituição escolar. Segundo Veiga:

A gestão democrática tem prescrição legal na Constituição Federal de 5 de outubro de 1988; na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 20 de dezembro de 1996; e no Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 10.172 de 9 de

janeiro de 2001. A gestão democrática e participativa da escola e dos sistemas é um dos princípios constitucionais da educação pública, segundo o artigo 206 da Constituição Federal de 1988, anunciado a seguir:

Art.206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II- liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III- pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e consistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV- valorização dos profissionais do ensino, garantidos na forma da lei, planos de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;

V- gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VI- garantia de padrão de qualidade. (VEIGA, 2013, p. 161-162).

De qualquer maneira, há sempre dificuldades, que nós gestores temos que enfrentar e que nem sempre estamos preparados para tais tarefas, pois é na gestão democrática que embasamos nosso trabalho como uma escola de participação coletiva, onde todos os membros fazem parte no processo de educação.

É na troca de experiências e num ambiente de solidariedade, respeito e na afetividade que podemos buscar a qualificação da educação. Assim, é preciso a qualificação dos docentes da escola, mas, além da qualificação, precisamos também do engajamento deste profissional com o seu trabalho, pois alguns profissionais já dão aula há algum tempo e têm dificuldades em proporcionar aos alunos novos desafios e talvez medo de inovar, de utilizar, por exemplo, mídias no seu trabalho do dia a dia.

A escola precisa ser atraente para esses jovens, com metodologias cada vez mais adequadas à realidade dos alunos, mas ao mesmo tempo mostrar que esta realidade pode ser modificada. Neste sentido, a educação deve ser entendida como instrumento emancipador, capaz de tornar o indivíduo um ser intelectualmente autônomo, protagonista e sujeito de suas ações.

Quanto à avaliação, a equipe pedagógica procura estar sempre atenta ao planejamento dos professores, já que a avaliação é um processo contínuo que ocorre em diferentes momentos do processo ensino-aprendizagem. Para isso, precisamos também da presença dos pais na escola, para participarem da vida escolar dos seus filhos.

A escola tem por objetivo proporcionar a capacitação continuada de seus professores. A escola deve propiciar momentos para os estudos, em que haja debates de temas educativos,

promover encontros e cursos, viabilizar a participação dos professores e funcionários em eventos promovidos por Instituições Educativas, além daqueles oferecidos pela mantenedora.

Cada vez mais a gestão da escola deve ocorrer com a participação efetiva da comunidade escolar, sugerindo, propondo, fiscalizando, construindo junto com os membros o Projeto Político Pedagógico da escola e discutindo a avaliação escolar e a estrutura curricular, buscando sempre a qualificação do aluno.

O ensino de qualidade é aquele em que o aluno consegue aprender, com direito à explicação dos conteúdos, assimilação e aplicação do que foi aprendido. Também é importante que os professores sejam reconhecidos e estejam satisfeitos com a sua profissão, ou seja, que o professor seja realmente valorizado.

### 2.3. PLANEJAMENTO PARTICIPATIVO

O planejamento participativo é o que a gestão democrática enfatiza, ou seja, a participação de todos na escola a fim de construir uma sociedade mais justa e igualitária. Segundo Veiga, “as escolas públicas experimentam movimentos de planejamento de gestão e de avaliação. Esse movimento é coletivo, participativo, contínuo e incessante, a fim de garantir o acesso, a permanência e o sucesso escolar dos alunos que nela buscam uma formação cidadã” (VEIGA, 2013, p. 164).

Há uma grande preocupação em realizar um planejamento em que todos os atores sejam realmente elementos importantes e que haja uma unanimidade neste planejamento. Planejamento é essencial para todas as ações, mas às vezes esbarramos em certas dificuldades como a falta de professores, professor que não se entrosa com o grupo, indisciplina de alguns alunos, evasão escolar e falta de comprometimento por outros alunos.

Como já temos conhecimento, devido ao estudo dos textos, percebemos que a Escola Democrática é a “ideal”, porque possibilita um envolvimento das pessoas que fazem parte dela. No entanto, infelizmente, nem sempre é assim, devido a uma série de fatores que são exigidos dos gestores, como, prestação de contas, planos de ação que o governo determina, e mais uma série de atribuições que têm os gestores. De qualquer maneira, cabe aos gestores,

junto ao Conselho Escolar, propiciar avanços em que todos os membros da comunidade escolar sejam afetados e coparticipantes da história da escola onde estão inseridos.

Cabe à escola avançar no conhecimento cultural e propiciar a transformação social, levando os indivíduos a serem agentes participantes de uma sociedade mais justa e igualitária. Quanto ao conselho escolar, este deve gerenciar junto com os gestores, mas muitas vezes não acontece, pois falta a participação de seus membros. Já estamos à frente a partir do momento que podemos votar para escolher os diretores e isto é uma possibilidade de garantir um melhor trabalho do diretor.

#### 2.4. DIREITO À EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE GESTORES ESCOLARES

Como está na Constituição, no Art 6º, todos têm direito à educação, mas na prática, no nosso dia a dia, existem questões que precisamos enfrentar e que não estamos preparados, como a “inclusão” de alunos com graves deficiências mentais e os professores que têm de atendê-los em sala de aula com os outros alunos.

A grande dificuldade é que os professores não sabem como trabalhar com este tipo de aluno, que necessita de um trabalho mais individual, com mais recursos para que possa aprender, se desenvolver e participar como cidadão na sua comunidade.

O outro problema é que os próprios alunos da turma têm muita dificuldade em aceitá-lo e questionam o tempo todo, como que ele está na aula se não sabe “ler e escrever”?

Esta é uma dificuldade que os professores estão enfrentando e questionam como que a escola aceita alunos nestas condições, e neste ponto a equipe diretiva precisa afirmar que a inclusão está na lei, que precisamos trabalhar com estes alunos e procurar desenvolver as suas potencialidades.

Outro problema que percebo na escola é a falta de interesse do aluno pelo estudo, são poucos que realmente demonstram vontade de estar na escola e pensam em melhorar sua condição de vida.

#### 2.5. AVALIAÇÃO COMO TEMA DO PROJETO DE INTERVENÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases, no artigo 7º, em seu inciso I, é o primeiro a mencionar a Avaliação. Analisando a LDB, a Avaliação aparece como instrumento para diagnosticar deficiências a serem sanadas e não como recurso classificatório. Não é bem definitiva, mas impõe uma nova avaliação, a qual serve para verificar as melhorias e o que ainda é preciso trabalhar com os alunos.

A partir da leitura de alguns autores que discutem Avaliação, percebe-se o quanto esse assunto é abrangente, pois se faz presente em todas as ações e relações da comunidade escolar.

É possível afirmar que todo o cidadão necessita da escolarização para usufruir dos bens construídos pela sociedade, ou seja, viver na sociedade. A escolarização é um instrumento necessário para o cotidiano do cidadão, dessa maneira, a democratização de ensino garante que todos tenham a possibilidade de ingressar, permanecer e concluir sua escolaridade.

É importante salientar, também, a qualidade do ensino, na qual a aprendizagem dos conteúdos seja realmente significativa para a formação do cidadão. O ensino e aprendizagem de má qualidade são antidemocráticos, pois não possibilitam ao educando um processo de emancipação.

Jussara Hoffmann afirma que a educação é “direito da criança e que se assume o compromisso de tornar a própria criança consciente desse direito e capaz de reivindicar uma escola de qualidade” (HOFFMANN, 2003, p. 15). Para a autora, ação avaliativa mediadora é “o prestar muita atenção” na criança, insistindo em conhecê-la melhor, em entender suas falas, seus argumentos, teimando em conversar com ele em todos os momentos, ouvindo todas as suas perguntas, fazendo-lhe novas e desafiadoras questões. Como afirma a autora:

Entendo que avaliação, enquanto relação dialógica, vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. Desta forma a avaliação passa a exigir do professor uma relação epistemológica com o aluno. (HOFFMANN, 2003, p. 116)

A ação avaliativa mediadora se desenvolve em benefício do educando e dá-se fundamentalmente pela proximidade entre quem educa e quem é educado, afirma Jussara Hoffmann.

Luckesi busca refletir a avaliação na relação entre professor e aluno. O autor questiona se os instrumentos de avaliação são realmente adequados, faz esta pergunta mencionando o

efetivo trabalho do professor no dia a dia. Isso porque ele considera a avaliação como exame excludente, classificatória, que marginaliza o educando. Na verdade, o ato de avaliar é um ato de diálogo amoroso, buscando uma troca entre educador e educando e, assim, construindo o conhecimento. Segundo Luckesi, “a avaliação da aprendizagem como um recurso pedagógico útil e necessário para auxiliar cada educador e cada educando na busca e na construção de si mesmo e do seu melhor modo de ser na vida” (LUCKESI, 2000, p. 1).

O autor, na sua reflexão, trata a avaliação como um mecanismo onde esta possa ser amorosa, inclusiva, dinâmica e construtiva. É preciso que, na sala de aula, o professor seja acolhedor e, que na sua prática, torne a sala um ambiente fraterno na construção do conhecimento. “Avaliar a aprendizagem escolar implica estar disponível para acolher nossos educandos no estado em que estejam, para, a partir daí, poder auxiliá-los em sua trajetória de vida” (LUCKESI, 2000, p. 6 e 7).

Segundo Loch, a avaliação na perspectiva emancipatória faz o indivíduo ter consciência das mudanças, das transformações em nossas vidas, nas nossas relações com os outros. É, portanto, na sala de aula que existe esta troca, pois é um espaço de diferença e heterogeneidade, onde o professor busca, com sua experiência, construir o conhecimento e proporcionar ao educando um desenvolvimento de suas potencialidades, a fim de prepará-lo para a vida. “A qualidade da avaliação está no diálogo que estabelecemos com esse conhecimento prévio, cotidiano, e a partir dele construímos novos saberes” (LOCH, 2000, p. 31). A autora cita a avaliação diagnóstica, a qual possibilita que o professor avance no processo de evolução e crescimento do aluno, discutindo com ele sua aprendizagem, não para aprovar e reprová-lo, mas verificar o processo pelo qual possa avançar no seu crescimento. Segundo ela, ninguém melhor que o próprio aluno para dizer o que está aprendendo ou não.

O educador Paulo Freire, grande educador fazia as pessoas refletirem sobre sua própria realidade, para ter autonomia e crescer enquanto sujeitos. A proposta educação para autonomia, presente em *Pedagogia da autonomia*, faz com que cada indivíduo consiga, ao longo de sua formação, ser capaz de gerenciar suas atitudes e decisões, deixando de ser manipulados por seus opressores. Também devemos pensar a educação como troca entre os sujeitos com respeito e harmonia.

Os teóricos da área da Educação vêm construindo uma nova proposta de Avaliação, não apenas através de notas e conceitos, mas a avaliação do aluno como um todo, de modo

que consiga construir sua emancipação no dia a dia, ao longo de seus anos de escolaridade. É interessante que o professor busque desafios para instigar a curiosidade do aluno e faça com que ele busque ampliar seus conhecimentos. Por fim, devemos buscar, nas relações educacionais, uma motivação para o crescimento intelectual e cidadão de cada indivíduo.

### **3. O PROCESSO AVALIATIVO NA CONCEPÇÃO DEMOCRÁTICA**

#### **3.1. LEGISLAÇÃO**

Estudando a legislação de Ensino, é perceptível que existe uma preocupação do governo que o aluno tenha atendimento nas instituições de ensino e, com isto, houve a necessidade de se ampliar algumas questões relevantes nas leis.

Na lei nº 5692/71 constava que o ano letivo era de 180 dias e o semestre de 90 dias de trabalho efetivo, como consta no artigo 11:

Art. 11 – O ano e o semestre letivos, independentemente do ano civil, terão no mínimo, 180 e 90 dias de trabalho escolar efetivo, respectivamente, excluído o tempo reservado às provas finais, caso estas sejam adotadas.

Já na LDB, o ano letivo é de 200 dias de efetivo trabalho e 800 horas, como consta no artigo nº 54, inciso I:

Art. 24º. A educação básica, nos níveis fundamental e médio, será organizada de acordo com as seguintes regras comuns:  
I - a carga horária mínima anual será de oitocentas horas, distribuídas por um mínimo de duzentos dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver.

Em relação ao ingresso na escola, consta na lei nº 5392 que a criança deveria ter 7 anos, como consta o artigo 20:

Art. 20 – O ensino de 1º grau será obrigatório dos 7 aos 14 anos, cabendo aos municípios promover, anualmente, o levantamento da população que alcance a idade escolar e proceder à sua chamada para matrícula.

Já na LDB, a criança passou a ter acesso à escola aos 6 anos, como consta no artigo 6:

Art. 6º. É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula dos menores, a partir dos seis anos de idade, no ensino fundamental.

O artigo 32 da LDB, alterada na lei nº 11.274 em 2006, faz referência ao ensino fundamental obrigatório de nove anos:

Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão.

Na lei nº 5692/71, existe a preocupação com a verificação da aprendizagem do aluno e de seu rendimento escolar, como consta no artigo 14:

Art. 14 – A verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos, compreendendo a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

1º - Na avaliação do aproveitamento, a ser expressa em notas ou menções, ponderarão os aspectos qualitativos sobre os quantitativos e os resultados obtidos durante o período letivo sobre os da prova final, caso esta seja exigida.

2º - O aluno de aproveitamento insuficiente poderá obter aprovação mediante estudos de recuperação proporcionados obrigatoriamente pelo estabelecimento.

3º - Ter-se-á como aprovado quanto à assiduidade:

- a) O aluno de frequência igual ou superior a 75% na respectiva disciplina, área de estudo ou atividade;
- b) O aluno de frequência inferior a 75% que tenha tido aproveitamento superior a 80% da escala de notas ou menções adotadas pelo estabelecimento;
- c) O aluno que não se encontre na hipótese de alínea anterior, mas com frequência igual ou superior ao mínimo estabelecido em cada sistema de ensino pelo respectivo Conselho de Educação, e que demonstre melhoria de aproveitamento após estudos a título de recuperação.

4º - Verificadas as necessárias condições, os sistemas de ensino poderão admitir a adoção de critérios que permitam avanços progressivos dos alunos pela conjugação dos elementos de idade e aproveitamento.

Ao que se refere à avaliação na LDB, o livro *Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica* resume o que consta nas leis:

Quanto aos processos avaliativos, parte integrante do currículo, há que partir do que determina a LDB em seus artigos 12, 13 e 24, cujos comandos genéricos prescrevem o zelo pela aprendizagem dos alunos, a necessidade de prover os meios e as estratégias para a recuperação daqueles com menor rendimento e consideram a prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, bem como os resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação do aluno, a ser realizada pelo professor e pela escola, é redimensionadora da ação pedagógica e deve assumir um caráter processual, formativo e participativo, ser contínua, cumulativa e diagnóstica. (BRASIL, 2013, p. 123).

Acredito que estas mudanças têm como principal motivação manter as crianças mais cedo e por mais tempo na escola, assim construindo uma aprendizagem de qualidade para o educando e futuro cidadão.

### 3.2. A PRÁTICA REFLEXIVA NO ATO DE AVALIAR

O autor Paulo Freire, no livro *Pedagogia da autonomia*, coloca-se contra o ensino “bancário”, mas reforça a aprendizagem como uma troca entre educador e educando, proporcionando a aprendizagem de saberes a serem ensinados e aprendidos, como fica explicitado neste trecho: “nas condições de verdadeira aprendizagem os educandos vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo” (FREIRE, 1999, p. 29).

Ele questiona “por que não estabelecer uma necessária ‘intimidade’ entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduo?” (FREIRE, 1999, p. 34), questionamento que vai ao encontro da proposta de encaminhar os conhecimentos a partir da realidade do aluno, pois é mais interessante que o aluno conheça a comunidade em que vive e, com este conhecimento, possa transformá-la, ou ainda questioná-la. O professor precisa levar em conta a realidade do aluno como enfatiza Freire:

Não é possível respeito aos educandos, à sua dignidade, a seu ser formando-se, à sua identidade fazendo-se, se não se levam em consideração as condições em que eles vêm existindo, se não se reconhece a importância dos “conhecimentos de experiência feitos” com que chegam à escola (FREIRE, 1999, p. 71).

A nossa prática como professor deve ser sempre avaliada no sentido de saber se realmente está sendo proporcionado ao aluno momentos de conhecimento e reflexão. Isto deve ser uma constante na busca da qualidade da aprendizagem por parte do profissional, que, segundo Freire, “na formação permanente dos professores, o momento fundamental é o da reflexão crítica sobre a prática. É pensando criticamente a prática de hoje ou de ontem que se pode melhorar a próxima prática” (FREIRE, 1999, p. 43 e 44). Ainda sobre a prática reflexiva do educador, “isto exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre minha prática através do qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos” (FREIRE, 1999, p. 71).

A escola deve ser um espaço democrático de aprendizagem, ressaltando todas as formas de trocas entre educador e educando. “Neste sentido, quanto mais solidariedade exista entre o educador e educandos ao “trato” deste espaço, tanto mais possibilidades de aprendizagem democrática se abrem na escola” (FREIRE, 1999, p. 109). É preciso que a afetividade esteja presente na nossa prática docente, assim “é digna de nota a capacidade que tem a experiência pedagógica para despertar, estimular e desenvolver em nós o gosto de

querer bem e o gosto da alegria sem a qual a prática educativa perde o sentido” (FREIRE, 1999, p. 161).

Essa afetividade necessária entre educador e educandos também deve existir da família da criança em relação à sua participação na escola. Os responsáveis têm papel fundamental na formação do aluno, pois quando ele tem a família presente na escola, seu rendimento é mais satisfatório em relação ao aluno que não a tem como apoio. Dessa maneira, cabe ao professor buscar na família o apoio para o desenvolvimento do educando e, assim também, buscar afetividade nessas relações, na troca de experiências e conhecimentos.

Sobre a questão de Avaliação, para Paulo Freire, “o ideal é que, cedo ou tarde, se invente uma forma pela qual os educandos possam participar da avaliação. É que o trabalho do professor é o trabalho do professor com alunos e não do professor consigo mesmo.” (FREIRE, 1999, p. 71). De certa maneira, essa visão de avaliação está presente na escola em que atuo, de maneira que haja mais flexibilidade e entrosamento entre educador e educando. Já existe como prática o conselho de classe participativo, no qual todos, alunos e professores, trocam suas experiências positivas ou negativas, refletindo de que maneira pode ser melhorado o nível de conhecimento dos alunos. O que buscamos é uma avaliação mais participativa e que o educando possa aprender e crescer com suas dificuldades, tornando-as um meio de crescimento pessoal e busca na qualidade do ensino.

Dessa maneira, devemos pensar não na avaliação classificatória e excludente, mas sim uma avaliação mediadora, na qual professores e alunos cheguem juntos a bons resultados, como enfatiza Freire: “a questão que se coloca a nós, enquanto professores e alunos críticos e amorosos da liberdade, não é, naturalmente, ficar contra a avaliação, de resto necessário, mas resistir aos métodos silenciadores com que ela vem sendo às vezes realizada” (FREIRE, 1999, p. 131).

Paulo Freire conclui afirmando que a prática educativa é a construção da aprendizagem, da seguinte maneira:

E esta percepção do homem e da mulher como seres programados, mas para aprender e, portanto, para ensinar, para conhecer, para intervir, que me faz entender a prática educativa como um exercício constante em favor da produção e do desenvolvimento da autonomia de educadores e educandos. (FREIRE, 1999, p. 164)

Analisando as reflexões de Paulo Freire, percebo que ele estava além do seu tempo, ao enfatizar a importância da aprendizagem baseada na realidade do aluno e em suas

experiências pessoais. Ele questiona a qualidade da educação na troca de saberes entre aluno e professor de forma harmoniosa e dialógica. Com isto, a avaliação se faz na busca do conhecimento e da autonomia do aluno para a sua vida em sociedade, para viver de maneira que o saber modifique sua realidade como cidadão.

Paulo Freire valoriza também o professor e afirma que ele deve lutar pela qualidade do ensino, mas também pelo seu valor como profissional com reconhecimento e melhor remuneração.

Outra autora que pensa a Avaliação, Jussara Hoffmann, em seu texto *Avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento*, busca informar sobre a avaliação mediadora, na qual educador e alunos buscam adquirir conhecimentos através da troca de saberes, dessa forma, “transmitir-verificar-registrar” uma produção de saberes. É importante considerar a trajetória do aluno como ser participante da construção do saber.

O ato de avaliar ainda é seguido por alguns profissionais como reprodução de um modelo, sem ter feito uma reflexão sobre a melhor maneira de avaliar os resultados dos alunos. Segundo Hoffmann:

A avaliação, enquanto relação dialógica, vai conceber o conhecimento como apropriação do saber pelo aluno e também pelo professor, como ação-reflexão-ação que se passa na sala de aula em direção a um saber aprimorado, enriquecido, carregado de significados, de compreensão. Dessa forma, a avaliação passa a exigir do professor uma relação epistemológica com o aluno – uma conexão entendida como reflexão aprofundada a respeito das formas como se dá a compreensão do educando sobre o objeto do conhecimento. (HOFFMANN, S/D, p. 56).

### 3.3. A ESCOLA E A GESTÃO DEMOCRÁTICA

A escola em que atuo, e na qual este trabalho foi implementado, foi fundada em agosto de 1961 e funcionava em uma casa, provisoriamente. Após algumas mudanças, tanto de endereço quanto de denominação, ficou determinado que a data oficial de seu aniversário fosse 25 de outubro de 1962, completando, assim, 53 anos de funcionamento no ano letivo de 2015.

Em 1964, o Grupo Escolar passou a funcionar em três pavilhões de madeira, tendo 11 salas de aula, direção, secretaria, biblioteca, banheiros e refeitório, localizados em um terreno da prefeitura de Porto Alegre. Nessa época, era oferecido ensino da primeira à quinta série.

Em 1979, passa a se chamar Escola Estadual de Primeiro Grau Incompleto, oferecendo ensino da primeira à sexta série. Em 1988, a escola foi interditada devido a péssimas condições dos prédios. Em janeiro de 1989, um temporal destruiu os dois prédios que ainda funcionavam precariamente. Foram construídas quatro salas emergenciais para terminar o ano letivo.

Em 20 de setembro de 1992 foi inaugurado o novo e atual prédio com a presença do governador Alceu Collares e outras autoridades. Só no ano seguinte a escola passou a oferecer ensino completo até a oitava série e foi denominada Escola Estadual de Primeiro Grau. Após mudanças na legislação, a partir do ano 2000, as escolas estaduais de primeiro grau passaram a denominar-se Escola Estadual de Ensino Fundamental.

Essa escola está inserida em uma comunidade carente, onde as famílias, em sua maioria, possuem baixa renda e algumas se encontram em situação de risco ou vulnerabilidade social. A instituição de ensino funciona obedecendo a um calendário anual, cujas datas de início e término são determinadas pela Secretaria da Educação do RS, de acordo com a legislação vigente, que determina o número mínimo de 200 dias letivos a serem cumpridos no referido calendário.

No início de cada ano letivo, acontece uma assembleia com todos os segmentos da comunidade escolar: direção, professores, funcionários, pais e alunos, para discutirem sobre o calendário escolar, que é previamente elaborado pela direção, supervisão e demais docentes. Após análise, contestações e sugestões apresentadas pelos presentes, havendo um consenso favorável, o calendário escolar é aprovado, com registro em ata, e entregue posteriormente na 1ª CRE.

Por vários anos, a escola funcionou com uma média de 350 a 400 alunos matriculados anualmente. Porém, nos últimos cinco anos, houve uma diminuição considerável no número de matrículas e, atualmente, consta 209 alunos matriculados. Até o início do ano letivo vigente, possuíamos 15 turmas, que atendiam do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental. Porém, com a diminuição do número de alunos matriculados, algumas turmas sofreram modificações durante o 2º trimestre.

Devido ao novo sistema informatizado – ISE – criado pela Procergs, para viabilizar a integração e compartilhamento do banco de dados dos alunos, via internet, entre Secretaria de

Educação e escolas estaduais, o setor pedagógico da 1ª CRE verificou que havia turmas com poucos alunos matriculados e decidiu unificá-las. A escola foi comunicada por telefone, solicitando a presença da direção para uma reunião com a equipe pedagógica sobre o assunto. Posteriormente, a equipe pedagógica da 1ª CRE enviou um e-mail à escola ratificando a enturmação do 3º, 8º e 9º anos, que possuíam duas turmas cada e que, devido ao número reduzido de alunos, precisariam ser unificadas.

Por orientação da 1ª CRE, a escola convocou os pais dos alunos das turmas a serem modificadas para uma reunião, na qual foi esclarecido o motivo das enturmações, bem como, ficou decidido sobre qual turno deveriam funcionar a partir do 2º semestre de 2015 nesses anos. A reunião foi registrada em ata. Após isso, foram informadas à Central de Matrículas as vagas ainda existentes nestas turmas. Também foi necessário que a direção entrasse em contato com o Setor de Recursos Humanos da 1ª CRE para reorganizar o RH da escola, no que diz respeito a essas turmas.

Finalmente, foram atualizadas no sistema ISE as mudanças na organização dessas turmas. Atualmente, o número total de turmas da escola foi reduzido para 12. Todos os alunos estão sendo devidamente atendidos com grande êxito, pois a unificação das turmas em questão não provocou alterações significativas.

Apesar de toda problemática que vivemos dentro do contexto educacional, ainda é possível trabalhar em equipe, uma vez que, ainda nos esbarramos na complexidade do processo de qualificação da educação. Contudo, a equipe diretiva (direção, supervisão, coordenação pedagógica, orientação educacional) deve ter consciência da importância de seu papel na influência organizacional do espaço inserido.

É papel da equipe diretiva contribuir na prática de integrar, junto ao corpo docente, discente e famílias, ações mediante ao processo de aprendizagem e desenvolvimento do aluno, como um ser autônomo, crítico e participativo. Com isso, inserir os protagonistas da educação, os alunos em nossa realidade e vivência nesta comunidade escolar.

Para isso, em nossa escola, utilizam-se os seguintes procedimentos:

- Estímulo da participação dos alunos nas atividades escolares e nos projetos da instituição educacional, contribuindo para desenvolver a capacidade de criticar, de opinar e de assumir responsabilidades;

- Desenvolvimento de projetos sobre saúde, educação sexual, prevenção ao uso indevido de drogas, meio ambiente, ética, cidadania, convivência saudável, cultura de paz e outros;
- Auxílio na reflexão e na sensibilização do corpo escolar para a prática da educação inclusiva;
- Participação no Conselho de Classe;
- Estímulo da participação dos professores na identificação, no encaminhamento e no acompanhamento dos alunos com dificuldades de adaptação, de convívio social e/ou com dificuldades específicas de aprendizagem;
- Colaboração no encaminhamento de alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem e/ou problemas de ajustamento psicossocial para o acompanhamento especializado adequado no âmbito educacional e/ou da saúde, quando necessário;
- Procedimento de atendimentos e encaminhamentos dos alunos aos professores, à direção, à coordenação e aos familiares;
- Reflexão e diálogo com o corpo docente sobre os resultados das avaliações, apresentando propostas de solução às disfunções detectadas;
- Participação de estudo de caso dos alunos em situação de dificuldade, quando solicitado e necessário;
- Promoção de reflexões sobre respeito às diferenças individuais, tolerância e responsabilidades de suas ações e atos na convivência escolar social;
- Realização de ações que enfatizem a diversidade cultural, ou a qualquer forma de discriminação religiosa, econômica, étnico e sexual.
- Utilização de instrumentos específicos (fichas e questionários) que permitem o registro dos atendimentos, dos acompanhamentos e dos encaminhamentos;
- Identificação e trabalho, junto à família, através de entrevistas individuais, anamnese, as causas que interferem no avanço do processo de ensino e de aprendizagem do aluno;
- Orientação e conscientização dos pais e/ou responsáveis para a compreensão da cultura escolar e para a importância dos hábitos de estudo;
- Estabelecimento da parceria com a rede social e educacional existente na comunidade;
- Acionamento da rede sempre que necessário;
- Trabalho com a inclusão escolar.

Portanto, a equipe diretiva e pedagógica sempre procura trabalhar a diversidade, as diferenças, as divergências de opiniões e demais situações de conflitos. Por isso, conta-se com o suporte das leis, que amparam no ensino e, com a realidade cada vez mais presente em nosso sistema educacional, o da inclusão, conforme as leis abaixo:

- LDB - nº 9394/96 art 4º, inciso III, art 58, 59, 60
- Plano Nacional de Educação - Lei nº 10.172/01
- Acessibilidade - Lei nº 10.098/00
- Parecer nº 17/2001 - CNE/CEB
- Resolução nº 02/2001 - CNE/CEB
- Resolução nº 267/2002 CEED/RS
- Parecer nº 441/2002 CEED/RS
- Parecer nº 56/2006 CEED
- LEI Nº 7853 de 24/10/1989 Diário Oficial da União de 25/10/1989 "Criminalização do Preconceito".

Em relação à temática “inclusão”, ainda há barreiras a serem rompidas, pois vai muito além de matrículas. Faz-se necessário lidar com a compreensão do docente, discente e dos familiares. Na escola, a parceria é bastante significativa, pois se consegue inserir alunos com laudos, sendo cada caso um caso, nas salas de recursos com professores especializados. Os alunos têm acompanhamento, até um olhar diferenciado do professor da turma regular, com adaptação curricular para cada situação, desenvolvimento de tarefas e no decorrer dos trimestres avaliações, com parecer descritivo.

### **3.3.1 Processos de Avaliação da Escola**

Diante dos estudos da realidade, precisamos desenvolver o comprometimento do estudante com a construção do raciocínio e conhecimento, buscando a participação de pais e órgãos de apoio.

A viabilização de ideais se dá através de pesquisa participativa para definição dos Temas Geradores, mediante a disponibilidade do grupo comprometido com a melhoria do ensino. Outro objetivo é criar atividades que possibilitem a construção do conhecimento local

e global, dispondo de meios pedagógicos, destacando a importância do estudo básico para o mundo, também faz parte da metodologia de ensino da escola.

A valorização das relações humanas – valores – é enriquecida na construção coletiva das normas de convivência.

Os procedimentos de avaliação na escola consistem na avaliação continuada e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre eventuais provas finais. O nível dos objetivos propostos pelo professor é que determina a preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

O Conselho de Classe congrega os professores da turma, equipe diretiva, SOE, SSE e estudantes, com vistas a detectar dificuldades e avanços da turma. É realizado trimestralmente ou, extraordinariamente, quando necessário. Os resultados são expressos trimestralmente, sendo que:

- a) 1º ano: o resultado da avaliação é registrado ao final de cada trimestre, através de parecer descritivo. Sendo que, no final do ano letivo não há retenção.
- b) 2º ao 9º ano: o resultado é registrado trimestralmente, através de pontos numa escala anual de 0 (zero) a 100 (cem).

A avaliação do 1º trimestre tem valor máximo de 30 pontos; o 2º trimestre tem valor máximo de 30 pontos e 3º trimestre tem valor máximo de 40 pontos, totalizando 100 pontos anuais. Para obter o resultado final do aproveitamento após o período letivo, somam-se os pontos obtidos pelo estudante nos três trimestres. Considera-se aprovado o estudante que no final do período letivo obtém o aproveitamento igual ou superior a 60 pontos.

A classificação em qualquer ano, a partir do 3º ano do ensino fundamental, pode ser feita por promoção, para estudantes que cursaram com aproveitamento o ano na própria escola; por transferência, para candidatos procedentes de outras escolas; ou ainda, independentemente de escolarização anterior, mediante a avaliação feita pela escola, que define o grau de desenvolvimento e experiência do candidato e permite sua inscrição no ano, conforme a regulamentação do sistema de ensino.

A avaliação na escola acontece de maneira diferenciada, pois do 1º ao 3º ano não há retenção, de acordo com a legislação. A partir do 4º ano, se o aluno não atinge os objetivos mínimos, fica retido.

Se ao término do ano letivo o aluno não atingiu os objetivos mínimos para a aprovação, ele pode frequentar o ano seguinte, através de dois processos de aprovação: a progressão continuada, a qual direciona os estudantes para os anos iniciais com determinadas dificuldades de aprendizagem, visando ao seu progresso individual e avanço para o ano seguinte; e a progressão parcial, realizada nos anos finais do ensino fundamental, é direcionada aos estudantes que não obtiveram êxito em no máximo dois componentes curriculares. Esse processo visa à aprovação dos alunos em relação ao ano anterior, é paralelo ao ano que cursa, e desenvolvido pelo próprio professor ou na sala de reforço. Cabe ao professor utilizar todos os recursos possíveis para efetivar a aprendizagem do aluno, sendo assim, ele precisa de um acompanhamento permanente durante todo o ano letivo.

O aproveitamento de estudo é o reconhecimento de estudos feitos com aprovação pelo estudante, bem como de suas experiências anteriores e ocorrerá:

- a) Na transferência de uma escola para outra;
- b) Na mudança de Plano de Estudos.

A adaptação curricular inclui a recuperação dos objetivos não desenvolvidos que sejam necessários para o prosseguimento de estudos em seu currículo e a aceleração de estudos para estudantes com atraso escolar, mediante a verificação de aprendizagem. A promoção para o ano seguinte pode ser feita mediante verificação de aprendizagem.

O estudante, sempre que discordar do resultado da avaliação, após divulgação, através dos pais ou responsáveis, pode contestar por escrito a aplicação dos critérios de avaliação.

Em relação ao controle da frequência, ele é feito pela escola, sendo exigida frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total das horas letivas para aprovação. O estudante infrequente, que justificar, tem direito a Estudos Compensatórios, que são ministrados no ano letivo.

### 3. METODOLOGIA

Esta seção traz o referencial metodológico que fundamenta o Projeto de Intervenção, cujo foco é a Avaliação. Neste sentido, será apresentada a metodologia que foi utilizada para que o projeto fosse implementado na escola de atuação. É através da pesquisa-ação que encaminhei o meu PI como pesquisadora e interventora dentro da escola. A metodologia de pesquisa-ação, segundo Richardson, “visa a produzir mudanças (ação) e compreensão (pesquisa). A consideração dessas duas dimensões, mudanças e compreensão podem dar uma importante contribuição na elaboração do projeto de pesquisa” (RICHARDSON, S/D, p. 1).

O primeiro passo para aplicar o meu Projeto de Intervenção na escola foi trabalhar e aprofundar o debate sobre Avaliação, pois alguns professores ainda têm o conceito de avaliação classificatória e é necessário mudar essa concepção para a de avaliação emancipatória, a qual torne o aluno ser autônomo na construção de seu conhecimento. Através de reuniões, analisamos e discutimos o processo de avaliação na escola, a fim de torná-lo mais eficaz no processo ensino-aprendizagem.

Primeiramente, foi realizado e aplicado um questionário com os professores sobre Avaliação, procurando saber como eles enxergam a avaliação e como eles avaliam seus alunos. Outro passo foi realizar e aplicar questionários com os alunos e pais, com o objetivo de analisar qual a sua visão a respeito da Avaliação. Depois de colher as respostas, foi feito um diário de pesquisa constando todos os dados que foram verificados com os questionários.

Após essa etapa, já com os resultados dos questionários aplicados com professores, alunos e pais, fizemos trabalhos em grupos para analisar as respostas e levantar novos critérios para a elaboração da avaliação, de forma que esta seja progressiva, contínua, levando em conta a realidade de cada aluno, a opinião deles e de sua família. Também em uma reunião pedagógica, foi feita uma reflexão sobre o que foi aprendido através das discussões anteriores.

Esse trabalho foi realizado em uma reunião pedagógica com os professores, na qual os professores leram dois textos: “O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem?” (LUCKESI, 2000) e “Avaliação: uma perspectiva emancipatória” (LOCH, 2000). Este trabalho foi feito em grupo pelos professores e se organizou da seguinte forma: primeiramente, cada grupo leu um dos textos solicitados e fez um esquema em cartazes sobre o texto lido e explicou para os professores que leram o outro texto. Após isso, todos nós fizemos um debate com as ideias

mais significativas e retomamos o que não ficou bem compreendido. Por fim, os professores, em seus grupos, fizeram uma conclusão sobre as reflexões realizadas para entregar.

#### 4.1. AÇÕES ANALISADAS

As mudanças na escola não são nada fáceis, por vários fatores, como a resistência ao novo. No meu Projeto de Intervenção, procurei propor uma nova maneira de os professores avaliarem os alunos, com um olhar mais fraterno, em uma perspectiva emancipatória, e não apenas classificatória e punitiva.

Abaixo seguem as análises dos questionários aplicados com os professores, alunos e pais sobre a Avaliação.

##### **4.1.1. Análise das Respostas dos Professores**

O questionário sobre Avaliação foi entregue a 12 professores da escola, no entanto, apenas oito professores responderam às perguntas e me entregaram. A partir de suas respostas, pude perceber o interesse deles pelo assunto e boa vontade em relação à proposta feita por mim, considerando “Avaliação” um assunto relevante a ser estudado e discutido.

Ao analisar as respostas dos professores, constatei que todos têm preocupação que os alunos aprendam e disseram que planejam suas aulas a partir da vivência do aluno, relacionando-a com os objetivos a serem trabalhados, ou seja, a organização das aulas faz parte do trabalho do professor. Os professores também afirmaram que estimulam o interesse dos alunos e procuram ajudar aqueles com mais dificuldades, embora, muitas vezes, necessitam do auxílio da equipe pedagógica.

Em relação ao fato de dar aula com alegria e entusiasmo, sete professores responderam afirmando que dão aula dessa maneira, enquanto um disse que nem sempre isso acontece, pois os alunos, às vezes, não correspondem à solicitação do professor. Uma resposta que se repetiu por seis professores e que me chamou bastante atenção foi que eles disseram que são acessíveis aos alunos. Um dos professores afirmou que dá carinho e atenção para eles, e outro,

que é acessível sempre que solicitado. Penso que é importante que a criança sinta o afeto e a atenção por parte do professor.

Em relação à maneira como o professor avalia seus alunos, foram citados os seguintes instrumentos:

- a) Trabalhos individuais,
- b) Trabalhos em grupo;
- c) Participação em aula;
- d) Organização do caderno;
- e) Prova;
- f) Observação dos alunos diariamente;
- g) Avaliação contínua;
- h) Desempenho esportivo;
- i) Atitudes
- j) Jogos
- k) Brincadeiras

E em relação à maneira como informa aos alunos sobre sua avaliação, os professores citaram:

- a) Conversa (mostra os trabalhos e/ou provas);
- b) Chama a atenção do aluno;
- c) Retoma a explicação;
- d) Avaliação prática e teórica;
- e) Diálogo entre professor e aluno;
- f) Conversa sobre o rendimento;
- g) Valoriza a entrega pontual dos trabalhos;
- h) Outras avaliações para melhorar a nota.

#### **4.1.2. Análise das Respostas dos Alunos**

No dia 27 de abril, ocorreu um debate com os alunos sobre Avaliação, no qual foi solicitado que eles falassem sobre as aulas, métodos de ensino e aprendizagem. Foi uma

conversa bem interessante, pois eles conseguiram se posicionar e discutir com os colegas. Em alguns momentos houve certo alvoroço, mas foi bem produtiva as suas colocações.

Após esse debate, foram entregues os questionários aos alunos. Dos 51 alunos que tenho este ano, 23 responderam ao questionário. Quanto às suas respostas, pude perceber que eles não têm bem clara a importância da avaliação. Vários alunos responderam que os professores devem avaliar o comportamento e a educação em sala de aula. Outros alunos mencionaram a organização, o caderno completo e, também, os trabalhos bem caprichados, ou seja, eles levam em consideração a avaliação qualitativa.

Poucos alunos mencionaram o seu desempenho nas aulas no dia a dia como um momento possível de serem avaliados, ou seja, a avaliação através da observação diária do professor. “O aluno deve ser avaliado com provas e trabalhos e a forma como trabalha com muita atenção”, afirmou um aluno do sétimo ano.

Achei interessante o posicionamento de um aluno do sétimo ano que disse: “Eu entendo que é uma forma de dar uma boa aula”. Aqui percebo que este aluno tem uma visão mais aprimorada sobre Avaliação, pois consegue perceber que o professor também é avaliado e se autoavalia, e, através do resultado dessas avaliações, procura melhorar a maneira de dar aula, investindo na aprendizagem do aluno. Outro aluno mencionou que o professor deve ajudar o aluno quando ele não atinge os objetivos nas avaliações.

#### **4.1.3. Análise das Respostas dos Pais**

No dia 05 de maio, aconteceu na escola o Pré-Conselho, no qual os pais e professores se encontram para discutir sobre o aprendizado e o crescimento do aluno. Neste momento, os professores tentam resgatar com os responsáveis, de alguma forma, melhorias no rendimento escolar do aluno. Como já foi dito no histórico da escola, ela é localizada em uma comunidade de baixa renda, mas isso não significa que os pais não se interessam pelo desempenho de seus filhos, apesar do comparecimento nesses encontros nem sempre seja o desejável. Surpreendi-me em relação à turma do primeiro ano, pois, embora os alunos estejam iniciando sua vida escolar, apenas dois pais compareceram na reunião.

Nesse último encontro, no Pré-Conselho, entreguei questionários aos pais e obtive retorno de 17 questionários respondidos. Em relação às respostas, pude perceber que os pais acham que a escola tem extrema importância para o futuro de seus filhos e mencionaram que é a educação para a vida e que a escola deve proporcionar toda a forma de conhecimento, ou seja, formar futuros cidadãos.

Os pais consideram importante avaliar o aluno como um todo, no comportamento, no modo de agir, em suas responsabilidades. O professor, para eles, deve ser exigente com os alunos em todos os momentos de aprendizagem e o aluno também deve ter conhecimento das regras de convivência. Segundo os pais, a avaliação é importante para ver como o aluno está na escola e se os objetivos planejados pelo professor foram alcançados. Um pai disse que é importante verificar a escrita e a fala, se o aluno entende o que foi ensinado, pois isso é muito significativo, torna-o indivíduo atuante na sociedade. Os pais também consideram importante avaliar os erros e acertos, para o crescimento do aluno, verificando se ele está correspondendo com o que está sendo ensinado.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O que percebi com a realização deste trabalho é que foi plantada, na escola e nos professores, uma sementinha para que as mudanças aconteçam. Não é um trabalho fácil, pois precisamos atingir a todos, ou melhor, a grande maioria dos profissionais.

É neste perfil de gestão democrática que poderemos atingir nossos objetivos, ou seja, uma escola de administração coletiva, mas que realmente oportunize a participação de todos. Temos que buscar a participação efetiva da família e de todos os que fazem parte da comunidade escolar.

Em relação ao tema propriamente dito, Avaliação, aconteceu uma melhora de resultados dos alunos, pois o insucesso escolar no primeiro trimestre foi menor em relação ao ano passado. Isso ficou evidente no conselho de classe participativo, no qual alunos e professores falaram dos seus resultados e de suas expectativas em relação à aprendizagem para os próximos trimestres.

Nos anos iniciais, houve uma melhoria também de resultados. Os professores estão preocupados em trabalhar com aluno de maneira que eles se relacionem melhor com as situações do cotidiano escolar, procurando trabalhar mais com o lúdico e proporcionar ao aluno um desenvolvimento mais efetivo de seu conhecimento.

Embora com todas estas dificuldades, acredito que minha reflexão em relação ao PI foi satisfatória, pois os professores se mostram mais preocupados em elevar a qualidade do ensino e aprendizagem na nossa escola e em como avaliar seus alunos. De qualquer forma, continuarei me empenhando para que as mudanças continuem acontecendo, principalmente na área de Avaliação, que foi o meu objeto de estudo e que despertou o interesse em todos meus colegas. Por isso, creio que poderemos ter discussões futuras a respeito desse tema.

## REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos da Fonseca. O ensino fundamental de nove anos e a legislação educacional brasileira. In: BRANDÃO, C.F.; PASCHOAL, J.D. **Ensino Fundamental de Nove Anos: teoria e prática na sala de aula**. São Paulo: Avercamp, 2009, 17-35.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)

BRASIL, **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>

CONSELHO ESTADUAL DA EDUCAÇÃO (RS). **Coletânea de Leis de Ensino**. Porto Alegre: 1981.

**Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996, ed.10.

GALINA, Irene de Fátima. **As instâncias colegiadas: espaços de participação na gestão democrática da escola pública**.

GHISLENI, A.C.; PEREIRA, M.M. “Discutindo o processo avaliativo na reformulação do Projeto Político-Pedagógico”. SILVA, M.B.G.; FLORES, M.L.R. (Orgs.). **Formação a Distância para Gestores da Educação Básica: olhares sobre uma experiência no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ebangraf, 2014, p. 347-367.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2003, ed. 21.

\_\_\_\_\_. Avaliação mediadora: uma relação dialógica na construção do conhecimento.

LOCH, Jussara Margareth de Paula. Avaliação: uma perspectiva emancipatória. **Química nova na Escola**. São Paulo, nov. 2000, N. 12.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Avaliação do Aluno: a favor ou contra a democratização do ensino? In: \_\_\_\_\_. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 1996.

\_\_\_\_\_. O que é mesmo o ato de avaliar a aprendizagem? **Revista Pátio**, Porto Alegre: ARTMED, ano 3, n. 12, fev./abr. 2000.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Como fazer pesquisa ação?**

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. A escola em debate: gestão, projeto político-pedagógico e avaliação. **Retratos da Escola**, Brasília: CNTE, v. 7, n. 12, p. 159-166, jan./jun. 2013.